

RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS ANTIFUMO

Evidências científicas firmemente estabeleceram que não existe nível seguro de exposição ao fumo passivo de tabaco. Implementar leis que tornem os ambientes 100% livres de fumo é a única maneira de proteger a população contra seus efeitos nocivos.

Como vários exemplos de todo o mundo agora demonstram, as leis antifumo são a única abordagem aceitável de saúde pública e direitos humanos para garantir proteção total.

Leis 100% antifumo exigem que todos estejam protegidos contra os perigos do fumo passivo, em todos os locais fechados públicos e de trabalho, incluindo todos os restaurantes, bares e outros locais de hospitalidade. Isso significa que não haverá salas separadas para fumantes, nem exceções a locais ou pessoas.

Leis antifumo devem:

- Ser obrigatórias;
- Estabelecer mecanismos de cumprimento;
- Impor penalidades às violações; e
- Cobrir todos os ramos de negócios¹

Recomendações da OMS/FCTC para Leis Antifumo

Com base na evidência de experiências nacionais, a Organização Mundial da Saúde (OMS), com a consultoria das principais autoridades médicas e científicas, desenvolveu recomendações políticas fundamentais para proteger os funcionários e o público contra a exposição ao fumo passivo.²

A Framework Convention on Tobacco Control (FCTC), o tratado internacional de controle do tabaco, exige que todos os países ratificantes adotem políticas efetivas antifumo. Mais de 150 países ratificaram a FCTC, e têm o compromisso legal de adotar políticas antifumo eficazes.³ O corpo governador da FCTC, a Conferência das Partes, adotou diretrizes a serem seguidas pelos países na implementação de políticas antifumo, que estejam de acordo com as exigências do tratado.⁴ As diretrizes da FCTC seguem, e em certas áreas, expandem as recomendações da OMS para políticas antifumo.

Tanto as recomendações políticas da OMS quanto as diretrizes da FCTC incluem os seguintes conselhos:

Ambientes 100% livres de fumo, e não “salas especiais para fumantes”

- Ambientes 100% livres de fumo são a única estratégia eficaz para a redução da exposição ao fumo passivo.
- Ventilação e áreas para fumantes não protegem efetivamente as pessoas contra a exposição ao fumo passivo, e, portanto, não são recomendadas.

Proteção Universal Pela Lei

- Legislação protegendo a todos os trabalhadores é necessária para proteger o direito de todos ao mais alto padrão atingível de saúde, o direito à vida, e o direito a um ambiente saudável.
- Leis exigindo que todos os locais públicos e fechados sejam 100% livres de fumo protegem igualmente a todos. Políticas voluntárias não são uma alternativa aceitável.
- Uma proteção eficaz pode exigir a proibição do fumo em locais abertos e semi-abertos.

Educação pública para reduzir a exposição ao FP

Os governos devem educar os líderes de opinião, os principais investidores e o público em geral sobre a necessidade de uma legislação, com foco nos danos causados pela exposição ao fumo passivo.⁵

- Quando o público entende os riscos do fumo de tabaco para a saúde, as leis antifumo se tornam populares, respeitadas e amplamente auto-reforçadoras.⁶
- Mensagens-chave para campanhas de educação pública devem ter seu foco nos danos causados pela exposição ao fumo passivo; o fato de que a eliminação do fumo em locais fechados é a única solução de base científica que garante total proteção contra a exposição; o direito de todos os trabalhadores de serem igualmente protegidos pela lei; e o fato de que as leis antifumo não prejudicam os negócios. Campanhas de educação pública devem ter como alvo também aqueles ambientes nos quais a legislação pode não ser praticável ou apropriada, tais como lares privados.⁷
- Um público engajado se torna o principal mecanismo de monitoramento para uma lei forte, reduzindo os recursos necessários para o cumprimento e elevando os níveis de obediência.⁸

Implementação apropriada e cumprimento adequado da lei

- Os governos devem estar preparados para investir recursos razoáveis na criação e cumprimento de leis antifumo. Estes devem incluir fundos para:
 - campanhas promocionais para construção de apoio para a lei;
 - pesquisas de opinião pública;
 - materiais educativos sobre a implementação;
 - sistemas de monitoramento do cumprimento da lei;
 - um serviço público do tipo disque-denúncia; e
 - um aumento do número de inspetores de implementação.
- Os governos devem estar preparados para lidar com campanhas lobistas e desafios legais da indústria do tabaco e seus grupos de defesa para fazer emendas ou abrandamentos à lei.
- Os governos devem tomar atitudes antes e depois da implementação da lei, para garantir sua sustentabilidade, incluindo campanhas educativas abrangentes; consultorias com investidores; e fornecimento de dados sobre a eficácia da legislação.

¹ World Health Organization (2007). Protection from Exposure to Second-hand Tobacco Smoke. Policy Recommendations. p. 14. Available online at: http://www.who.int/tobacco/resources/publications/wntd/2007/pol_recommendations/en/index.html. Accessed 11.08.07

-
- ² World Health Organization (2007). Protection from Exposure to Second-hand Tobacco Smoke. Policy Recommendations. p. 20. Available online at: http://www.who.int/tobacco/resources/publications/wntd/2007/pol_recommendations/en/index.html. Accessed 11.08.07
- ³ World Health Organization (5 October 2007). Updated Status of the WHO Framework Convention on Tobacco Control. Available at <http://www.who.int/tobacco/framework/countrylist/en/index.html>. Accessed on 11.09.2007
- ⁴ 'Adoption of the guidelines for implementation of Article 8'. World Health Organization, Conference of the Parties to the WHO Framework Convention on Tobacco Control, second session, decision FCTC/COP2(7). Available online at: http://www.who.int/gb/fctc/PDF/cop2/FCTC_COP2_DIV9-en.pdf. Accessed on 11.09.07
- ⁵ 'Adoption of the guidelines for implementation of Article 8'. World Health Organization, Conference of the Parties to the WHO Framework Convention on Tobacco Control, second session, decision FCTC/COP2(7). Available online at: http://www.who.int/gb/fctc/PDF/cop2/FCTC_COP2_DIV9-en.pdf. Accessed on 11.09.07
- ⁶ Global Smokefree Partnership and Framework Convention Alliance. Joint Briefing Paper: Proposed Guidelines for the Implementation of Article 8 of the WHO Framework Convention on Tobacco Control. Second Session of the Parties to the Framework Convention on Tobacco Control (FCTC). Bangkok, Thailand, 30 June – 6 July 2007. Available online at: <http://fctc.org/docs/documents/fca-2007-cop-article8-cop2-briefing-en.pdf>. Accessed on 11.10.2007.
- ⁷ 'Adoption of the guidelines for implementation of Article 8'. World Health Organization, Conference of the Parties to the WHO Framework Convention on Tobacco Control, second session, decision FCTC/COP2(7). Available online at: http://www.who.int/gb/fctc/PDF/cop2/FCTC_COP2_DIV9-en.pdf. Accessed on 11.09.07
- ⁸ Global Smokefree Partnership and Framework Convention Alliance. Joint Briefing Paper: Proposed Guidelines for the Implementation of Article 8 of the WHO Framework Convention on Tobacco Control. Second Session of the Parties to the Framework Convention on Tobacco Control (FCTC). Bangkok, Thailand, 30 June – 6 July 2007. Available online at: <http://fctc.org/docs/documents/fca-2007-cop-article8-cop2-briefing-en.pdf>. Accessed on 11.10.2007.